**LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Versão 2/2024**

|  |  |
| --- | --- |
| Inexigibilidade para serviço | Lista 1Lista 2ALista 2B |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS** | Atende plenamente a exigência? |  fls.  |
| Houve abertura de processo administrativo? | Resposta |  |
| Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa? | Resposta |  |
| A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação? *(Portaria equipe de planejamento)* | Resposta |  |
| Consta documento de formalização de demanda? | Resposta |  |
| Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual? *(inclusão no PGC)* | Resposta |  |
| Há Estudo Técnico Preliminar?  | Resposta |  |
| O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?  | Resposta |  |
| Há Análise de Riscos?  | Resposta |  |
| Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento? | Resposta |  |
| Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto? | Resposta |  |
| Há termo de referência? | Resposta |  |
| Declaro a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização? *(modelo da UFSC está baseado nos modelos da AGU)* | Resposta |  |
| Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações? | Resposta |  |
| Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?*(Requerente tem saldo orçamentário alocado na UGR?)**(consultar tabela disponível no site da SO/SEPLAN)* | Resposta |  |
| Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?*(O saldo do PTRS informado no Termo de Referência é maior que a despesa?)* | Resposta |  |
| Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?*(Aplica-se somente para contratações acima de 10 milhões)* | Resposta |  |
| Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?*(A contratação é uma atividade rotineira? É uma contratação para manutenção das atividades da Universidade?)* | Resposta |  |
| **LISTA DE VERIFICAÇÃO 2A - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE** | Atende plenamente a exigência? | fls.  |
| Consta relatório de pesquisa de preço com base no regulamento pertinente (IN 65/2021)? | Resposta |  |
| Tratando-se de contratação de fornecedor exclusivo com base no art. 74, I, da Lei 14133/21, consta documento idôneo capaz de comprovar a exclusividade? | Resposta |  |
| Tratando-se de contratação de fornecedor exclusivo com base no art. 74, I, da Lei 14133/21, foi observada a vedação de preferência por marca específica? | Resposta |  |
| Tratando-se de contratação de profissional do setor artístico por meio de empresário exclusivo com base no art. 74, II, da Lei 14133/21, consta documento idôneo que comprove a exclusividade permanente e contínua da representação, no País ou em Estado específico, sem limitação a evento ou local específico? | Resposta |  |
| Tratando-se de serviço técnico especializado com base no art. 74, III, da Lei 14133/21, com observância da vedação de contratar serviços de publicidade e divulgação, consta cláusula vedando a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade? | Resposta |  |
| Tratando-se de aquisição ou locação de imóvel com base no art. 74, V, da Lei 14133/21, consta avaliação prévia do bem; certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto; e justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela? | Resposta |  |
| Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? | Resposta |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **LISTA DE VERIFICAÇÃO 2B - DOCUMENTOS DA CONTRATADA** | Sim | Não | Justificativa/Obs. |
| Foram anexados os documentos do fornecedor (empresa) a ser contratado (com a melhor proposta, para os casos de dispensa ou exclusivo, nos casos de inexigibilidade)? | Página |  |  |
| Declaração da situação do fornecedor (empresa executante), no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. **(As certidões elencadas nos itens de 1 a 5 abaixo não precisam ser apresentadas individualmente, caso estejam válidas no SICAF).** | Página |  |  |
| 1. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS da Caixa Econômica Federal;
 | Página |  |  |
| 1. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais – CND da Receita Federal;
 | Página |  |  |
| 1. Certidão Negativa Receita Estadual;
 | Página |  |  |
| 1. Certidão Negativa Receita Municipal;
 | Página |  |  |
| 1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CND Trabalhista do Tribunal Superior do Trabalho – TST;
 | Página |  |  |
| Certidão referente à Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>. **As certidões de 1 a 3 abaixo não precisam ser apresentadas individualmente, caso estejam válidas na consulta consolidada).** | Página |  |  |
| 1. Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa – CNIA do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
 | Página |  |  |
| 1. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos – Tribunal de Contas da União (TCU);
 | Página |  |  |
| 1. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS do Portal da Transparência.
 | Página |  |  |
| Consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). **Obs: casoo servidor não tenha acesso, a consulta pode ser solicitada junto ao DPC/PROAD.** | Página |  |  |
| Declaração, obtida junto à (e de) empresa, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (exigida pela Lei nº 9.854/99). | Página |  |  |
| Demais documentos de habilitação exigidos no TR. | Página |  |  |

**Declaro que** todas as informações dispostas neste documento são verdadeiras.

**Declaro, ainda, que estou ciente** de que o descumprimento de qualquer dos tópicos desta lista de verificação (sem a juntada da devida declaração formal ou justificativa fundamentada, emitida pela autoridade competente para todos os efeitos legais) impede o avanço do processo e de sua a consequente efetivação, resultando em retrabalhos e morosidade diante de sucessivas devoluções entre setores da UFSC, até o completo saneamento das inconsistências identificadas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome legível / assinatura do responsável pela verificação

SIAPE n°